



Compromisso
Eleitoral

DESCOMPLICAR
PORTUGAL



PARTIDO

**iniciativa
liberal**

Portugal está estagnado há 20 anos.

Estar estagnado há 20 anos significa que uma geração inteira entrou no mercado de trabalho, formou família e teve filhos (os que puderam) sem saber o que é viver num país em crescimento. Uma geração inteira que não sabe o que é ver um país com oportunidades de investimento e evolução na carreira. Quando um país cresce, todos sentem que têm algo a ganhar em trabalhar e investir.

Todos aspiram a beneficiar desse crescimento e trabalham para isso. Foi isso que os portugueses sentiram na década a seguir à adesão à CEE quando o país por via dos apoios que foram chegando, mas também da liberalização de certas áreas da sua economia, crescia de forma sólida.

O ímpeto reformista foi travado. Outros ímpetos se impuseram e o país deixou de crescer. O que acontece quando um país não cresce? Perde-se a esperança e o ímpeto de criar. Pior do que isso: quando um país não cresce, quando o bolo tem sempre o mesmo tamanho, cresce a sensação de que para uns terem mais é necessário que outros tenham menos. O ímpeto deixa de ser criar e passa a estar na redistribuição. Quando chegamos a este ponto, o socialismo já venceu a luta de ideias. É um ciclo vicioso em que socialismo traz miséria que traz mais socialismo que, por sua vez, traz ainda mais miséria. Como quebrar este ciclo?

Carlos Guimarães Pinto



Não faltam exemplos na Europa de países que conseguiram quebrar esse ciclo, países que há duas décadas estavam numa situação muito pior do que a nossa e que graças às reformas certas conseguiram desenvolver-se. Muitos deles já ultrapassaram Portugal.

Em 1995, no ranking da riqueza criada por habitante em paridade de poder de compra, Portugal era o 16º dos atuais 28 países da União Europeia. Logo acima, não muito distantes, estavam a Grécia, a Espanha e a Irlanda.

Nessa altura a riqueza criada por habitante em Portugal estava apenas 11% abaixo de Espanha e 24% abaixo da Irlanda. Nessa altura, Portugal tinha mais do dobro do PIB per capita da Estónia.

Passados 22 anos, a situação mudou radicalmente. Portugal foi ultrapassado por muitos dos países da Europa de Leste.

A Estónia, apesar de ter atravessado um período difícil a recuperar das mazelas do comunismo e de 22 anos antes ter menos de metade do PIB português, já ultrapassou Portugal. Como a Estónia, também a Eslovénia, a Lituânia e a Eslováquia.

Ao ritmo de crescimento atual, no final da próxima legislatura Portugal poderá ser o 5º país mais pobre da União Europeia, apenas ultrapassando Bulgária, Roménia, Croácia e Grécia. A Irlanda, que antes acompanhava Portugal nas economias de desenvolvimento médio, agora está nas

posições de topo, dando um salto económico inimaginável duas décadas antes. Este cenário pode parecer preocupante, mas também sinaliza uma porta de esperança. Se outros países conseguiram dar saltos deste calibre em tão pouco tempo, então é porque esses saltos são possíveis.

Com as políticas certas, poderíamos dar o mesmo salto nos próximos 10 ou 20 anos. Com as políticas certas poderíamos voltar ao lugar que era de Portugal, voltar a crescer e dar oportunidades a todos.

Não precisamos de inventar políticas não testadas ou trazer modelos teóricos que



João Cotrim de Figueiredo

Catarina Maia



ninguém sabe se funcionam. Basta olhar para o que fizeram aqueles países que deram grandes saltos de desenvolvimento económico.

E o que têm em comum esses países? Todos adotaram políticas liberalizantes.

Os diferentes partidos que nos governam desde 1974 apenas nos têm oferecido diferentes modelos e graus de socialismo.

Ano após ano, mandato após mandato, o poder do Estado sobre as pessoas tem aumentado.

Vivemos num regime de asfixia fiscal, com excesso de burocracia e poder do Estado sobre a vida das pessoas. Este excessivo poder do Estado sobre as pessoas abre a porta a abusos do poder político, a casos de nepotismo e corrupção. Este ciclo só pode ser quebrado inovando a forma de fazer política e trazendo uma efetiva alternativa ao socialismo. A única alternativa ao socialismo é o liberalismo. Mas é preciso que essa alternativa se concretize em algo concreto: políticas públicas.



Cristiano Santos

Olga Baptista



Um dos mais conceituados jornalistas portugueses, Ricardo Costa, disse um dia que nunca lia programas eleitorais. A esmagadora maioria dos portugueses segue o seu exemplo e têm boas razões para isso. Os programas eleitorais não passam geralmente de longas listas de promessas mal fundamentadas, cujo único objetivo é conseguir cobrir todas as áreas de ação do Estado sem comprometer demasiado as perspetivas eleitorais dos partidos.

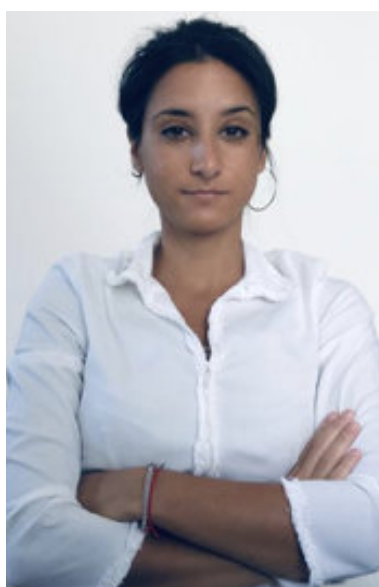
As medidas mais difíceis ou impopulares são atiradas para debaixo do tapete ou introduzidas de forma suficientemente dissimulada e com uma retórica genérica para ninguém se aperceber que estão lá. Mesmo as medidas incluídas nos programas são geralmente mal fundamentadas e pouco desenvolvidas. Em muitos casos, a

linguagem é tão redonda que não se percebe concretamente o que está a ser prometido. Inevitavelmente grande parte dos programas ficam por cumprir.

Quisemos ser diferentes. Não nos apresentamos a eleições com um conjunto extenso de medidas mal fundamentadas, nem temos aspirações a cobrir todas as áreas da mesma forma. Em fevereiro passado lançámos o desafio a especialistas em várias áreas para nos dizerem aquilo que mudariam no país. Desafiámo-los a apresentarem propostas devidamente fundamentadas que explicitassem os objetivos, os detalhes de implementação, exemplos de implementação das medidas e que respondessem a algumas questões que essas propostas pudessem levantar. Recebemos e analisámos mais de 100 propostas, tendo aceitado cerca de metade que são apresentadas aqui neste documento.

São estas as propostas que estamos preparados para levar ao Parlamento. São estas as propostas que considerámos estarem suficientemente bem fundamentadas para nos comprometermos a apresentá-las na próxima legislatura.

Filipa Osório



Ao contrário do que acontece com outros partidos, não desistiremos destas propostas salvo se deixarem de ser necessárias. Fazem parte do nosso compromisso eleitoral para estas eleições e continuarão a fazer parte do nosso compromisso eleitoral em todas as eleições até serem aprovadas. Nos próximos 4 anos continuaremos a adicionar propostas e aperfeiçoar estas com mais exemplos e detalhes operacionais de implementação. Receberemos com gosto qualquer sugestão de alteração e estaremos abertos à discussão. Mudanças na realidade portuguesa podem-nos levar a excluir algumas destas propostas ou adaptá-las, mas os princípios que nos levaram a desenhá-las serão sempre os mesmos.



Paulo Carmona

Fica também já aqui o compromisso: todas as que não ficarem desatualizadas pelas circunstâncias voltarão a ser apresentadas nas próximas eleições.

Este compromisso eleitoral é um verdadeiro plano de Reforma do Estado e, até que cada medida esteja implementada, continuará em qualquer programa eleitoral que apresentemos.

No nosso programa político anteriormente apresentado, mais condensado, é onde se estabelecem as direções políticas e linhas gerais da Iniciativa Liberal. No nosso compromisso eleitoral oferecemos mais do

Ana Martins



que direções, oferecemos a forma como estamos preparados, já hoje, para seguir essas direções. Neste nosso compromisso eleitoral, não aspiramos a tocar em tantas áreas, mas sim ter uma posição bem fundamentada nas propostas específicas em que tocamos. Algumas serão mais gradualistas outras mais disruptivas, mas ambas vão na mesma direção, na direção que Portugal precisa, na direção de um Portugal mais liberal.

Este é o nosso compromisso. Um compromisso para um Portugal mais próspero, mais sustentável, com mais oportunidades e mais liberdade. Um compromisso para um Portugal mais liberal.



António Lúcio Baptista

5 objetivos

Devolver o poder às pessoas

com menos impostos e mais
liberdade de escolha

Aproximar o poder das pessoas

com menos centralismo e mais
escrutínio do poder político

Combater a corrupção

com melhor justiça e mais transparência na
administração pública

Aumentar a competitividade

atraindo capital e libertando os contribuintes dos
prejuízos de empresas públicas ineficientes.

Crescer de forma sustentada

em linha com as nossas vantagens competitivas

7 pilares

1. Choque fiscal

- Taxa única de IRS: 15%
- Eliminação da dupla tributação dos rendimentos de capital
- Simplificação fiscal
- Limitação da capacidade da Autoridade Tributária

2. Liberdade de Escolha

- Seguro Público de saúde: ADSE para todos
- Cheque-Ensino: liberdade de escolher a escola
- Reconfiguração do sistema de pensões
- Abertura do mercado de transportes à concorrência

3. Descentralização

- Salário Mínimo Municipal
- Autonomia local na determinação de impostos sobre propriedade
- Descentralização da gestão das escolas e património do Estado
- Neutralidade fiscal da descentralização

4. Retirar o Estado da economia e libertar os contribuintes

- Privatizar empresas públicas ineficientes
- Elaboração de orçamento de base zero
- Liberalizar o mercado laboral

5. Reforma no sistema político

- Introdução de círculos uninominais com círculo nacional de compensação
- Eliminação de variados benefícios fiscais aos partidos
- Reduzir e democratizar subvenções de campanha dos partidos políticos

6. Lutar contra a corrupção e o nepotismo

- Limite de mandatos universal
- Educação tempo médio das deliberações judiciais
- Choque desburocrático
- Transparência nas compras do estado

7. Tornar o país mais competitivo e sustentável

- Alteração da base regulamentar das políticas ambientais
- Fomentar a produção descentralizada de energia
- Serviços digitais do estado

O partido Iniciativa Liberal gostaria de agradecer às seguintes pessoas que colaboraram na elaboração deste programa:

- Alexandre Ferreira
- Amândio Paulino
- Ana Leitão
- Angélique da Teresa
- António Costa Pereira
- António Dória
- António Lúcio Baptista
- Bernardo Blanco
- Bruno Pinho
- Carlos Guimarães Pinto
- Catarina Maia
- Cristiano Santos
- Diogo Almeida
- Diogo Coutinho
- Eduardo Oliveira
- Filipa Osório
- Filipe Charters de Azevedo
- Francisco Cudell
- Francisco Silva
- Henrique Pereira dos Santos
- João Cunha
- João Dias
- João Oliveira
- João Pedro Castro Mendes
- Jorge Pires
- José António Salcedo
- Luís Barro
- Matheus Costa
- Miguel de Faria e Castro
- Miguel Noronha
- Nuno Santos Fernandes
- Olga Baptista
- Pedro Antunes
- Pedro Braz Teixeira
- Pedro Gaivão
- Pedro Ismael
- Pedro Menezes Simões
- Pedro Viana
- Ricardo Arroja
- Ricardo Oliveira Dias
- Ricardo Valente
- Rui Marrana
- Sérgio Barbedo
- Sérgio Costa
- Sérgio Loureiro
- Susana Neto
- Suzanne Rodrigues
- Teresa Stanislau
- Tiago Dias
- Vicente Ferreira da Silva
- Virgílio Correia

1. Sustentabilidade

1.1 Ambiente

- 1.1.1 Alteração da base regulamentar das políticas ambientais
- 1.1.2 Transferência da aplicação dos fundos para o mundo rural do apoio à produção para o pagamento da gestão dos serviços de ecossistema.
- 1.1.3 Otimização da gestão da água
- 1.1.4 Distribuição individual dos dividendos de carbono

1.2 Energia

- 1.2.1 Fomentar a produção descentralizada
- 1.2.2 Reduzir o custo da energia aos consumidores domésticos, de forma ambientalmente sustentável, e eliminando rendas excessivas e impostos
- 1.2.3 Incentivar a eficiência energética
- 1.2.4 Garantir a neutralidade tecnológica

2. Economia e Finanças

2.1 Economia

- 2.1.1 Alteração do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT) e do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
- 2.1.2 Banco de horas
- 2.1.3 Fim do benefício fiscal ao endividamento das Empresas
- 2.1.4 Introdução do Recibo de Vencimento++
- 2.1.5 Salário Mínimo Municipal
- 2.1.6 Reconfiguração do sistema de pensões

2.2 Finanças

- 2.2.1 Taxa única de IRS: 15%
- 2.2.2 Simplificação Fiscal
- 2.2.3 Redução do IVA para energias renováveis
- 2.2.4 Reconfiguração gradual da taxaçoão dos rendimentos de capital
- 2.2.5 Privatização da Caixa Geral de Depósitos
- 2.2.6 Isenção de IRS nas horas trabalhadas no privado acima das 35 horas no público

2.3 Regulação e Concorrência

- 2.3.1 Plataformas de financiamento colaborativo
- 2.3.2 Supervisão integrada e robusta do sistema financeiro
- 2.3.3 Mercado de trabalho
- 2.3.4 Revogação do regime de práticas individuais restritivas do comércio

3. Educação, ensino superior e investigação

- 3.1 Autonomia administrativa, financeira e pedagógica às escolas públicas
- 3.2 Garantir liberdade de escolha de escola com financiamento via aluno
- 3.3 Reformulação das carreiras das Instituições de Ensino Superior
- 3.4 Reformulação do governo das Instituições de Ensino Superior
- 3.5 Alteração do ingresso no 1.º ciclo do Ensino Superior
- 3.6 Eliminação do reconhecimento prévio (mecenato científico)
- 3.7 Reformulação da rede das Instituições de Ensino Superior
- 3.8 Financiamento dos Estudantes do Ensino Superior

4. Saúde

- 4.1 Alargamento da ADSE a todos os portugueses
- 4.2 Redução da despesa pública relacionada com a polimedicação

5. Justiça

- 5.1 Redução de tempo médio das deliberações judiciais
- 5.2 Descentralização da gestão do património da justiça
- 5.3 Melhoria da qualidade e eficiência legislativa
- 5.4 Combater a Violência Doméstica

6. Transportes e mobilidade

- 6.1 Abertura do mercado dos transportes
- 6.2 Manutenção de infraestruturas
- 6.3 Redefinição do sector dos transportes
- 6.4 Privatização da TAP

7. Funcionamento do Estado

- 7.1 Expansão do recrutamento dos agentes e dirigentes da Administração Pública feito por concurso público.
- 7.2 Choque Desburocrático
- 7.3 Elaboração de Orçamento Base Zero
- 7.4 Transparência nas Compras do Estado
- 7.5 Reforma governativa

- 7.6 Agência dos Serviços Digitais do Estado
- 7.7 Transparência e garantia de tratamento imparcial pela Administração Pública.
- 7.8 Reforma nos serviços consulares

8. Sistema Político e Eleitoral

- 8.1 Neutralidade eleitoral da subvenção de campanha
- 8.2 Neutralidade fiscal da descentralização
- 8.3 Alteração de sistema eleitoral: círculos uninominais com círculo nacional de compensação
- 8.4 Alteração à lei do financiamento dos partidos políticos
- 8.5 Limite de mandatos universal

9. Defesa

- 9.1 Adequar as Forças Armadas
- 9.2 Alteração da política de Investimentos na defesa
- 9.3 Cooperação entre a Indústria de Defesa Nacional e as Forças Armadas

10. Cultura

- 10.1 Fundações públicas com regime de direito privados
- 10.2 Privatização da RTP
- 10.3 Direitos de Autor e Direitos Conexos - Transposição da Directiva UE 2019/790 e alteração do regime de compensação relativo à Cópia Privada

#PortugalMaisLiberal



iniciativoliberal.pt/legislativas2019